

O papel da identidade social na integração de imigrantes e de grupos minoritários em Portugal

The role of social identity in the integration of immigrants and ethnic minorities in Portugal

Margarida Rebelo, Álvaro Pereira e Delta Silva

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Portugal)

Palavras-chave: Identidade étnica, Distintividade intergrupar, Gestão identitária, Diversidade, Sustentabilidade social.

Key words: Ethnic identity, intergroup distinctiveness, identity management, diversity, social sustainability.

A reciprocidade e aceitação mútua entre grupos sociais em co-presença são indispensáveis à integração social e à coesão social mais alargada. A identidade social (Tafjel, 1972) constitui um conceito incontornável no entendimento das relações intergrupais, dado que reflecte trajectórias individuais e sociais e fornece sinais sobre situações de (des)ajustamento social. Através de uma entrevista estruturada, o presente estudo procura compreender os processos identitários de imigrantes africanos e de ciganos e discute o papel destes processos na promoção da integração social. A partir da identificação de valorização de aspectos do grupo étnico/etno-nacional e do grupo maioritário em vários domínios construiu-se uma tipologia de identidade étnica (Hutnik, 1991). Os principais resultados indicam a existência de uma dicotomia entre aculturação (adesão simultânea a valores, normas e regras de ambos os grupos) e dissociação (expressão de forte identificação em relação ao próprio grupo e afastamento relativamente ao grupo maioritário). A baixa prevalência de indivíduos em processos de marginalização, ou seja, que veiculam representações negativas sobre ambos os grupos, é um bom indício de integração destas populações. No entanto, o peso razoável de pessoas em dissociação representa um risco social marcante dado que traduz um fechamento no próprio grupo e um afastamento da sociedade de acolhimento. Estes resultados salientam a promoção da proximidade social entre maioria-minoria, o que ajudaria os grupos a encararem a sua cultura de uma forma mais flexível, mais negociada e, sobretudo, mais ajustada aos valores actuais, reduzindo, desta forma, conflitos e tensões entre grupos étnicos e etno-nacionais e com a maioria.

The reciprocity and mutual acceptance between social groups in co-presence are indispensable to the social integration and to a widened social cohesion. The social identity (Tafjel, 1972) constitutes an essential concept in understanding intergroup relations, since that mirrors individual and social trajectories and provides information of social distress. Based on a structured interview, this study looks for understanding the identity processes of African immigrants and Gypsies and discusses the role of identity in the promotion of the social integration. Departing from the identification of negative and positive

aspects of both ethnic group and to the majority, in several thematic domains, an ethnic identity typology was developed (Hutnik, 1991). The main results indicate the existence of a dichotomy between acculturation (simultaneous adhesion to the values and norms of both groups) and dissociation (a strong identification with the ingroup and a detachment of the outgroup). The low prevalence of individuals in marginalization processes, expressing negative representations regarding both groups, is a good indication of the social integration of these populations. However, the individuals in dissociation represents a social risk since it translates a proximity to the ingroup but also an increasing reserve regarding the outgroup. These findings point out that the promotion of the social proximity between majority-minority groups would fruitfully help groups to face their cultures in a more flexible way, more negotiated and, overall, more adjusted to the contemporary societies, reducing, in such a way, the tension between ethnic and ethno-national groups and the majority.

1. INTRODUÇÃO

O carácter de reciprocidade e aceitação mútuas entre grupos sociais em situação de co-presença é usualmente assinalado como fundamental à integração social de grupos estatutariamente minoritários e à coesão social mais alargada, sejam eles de origens sociais e culturais diversas ou não.

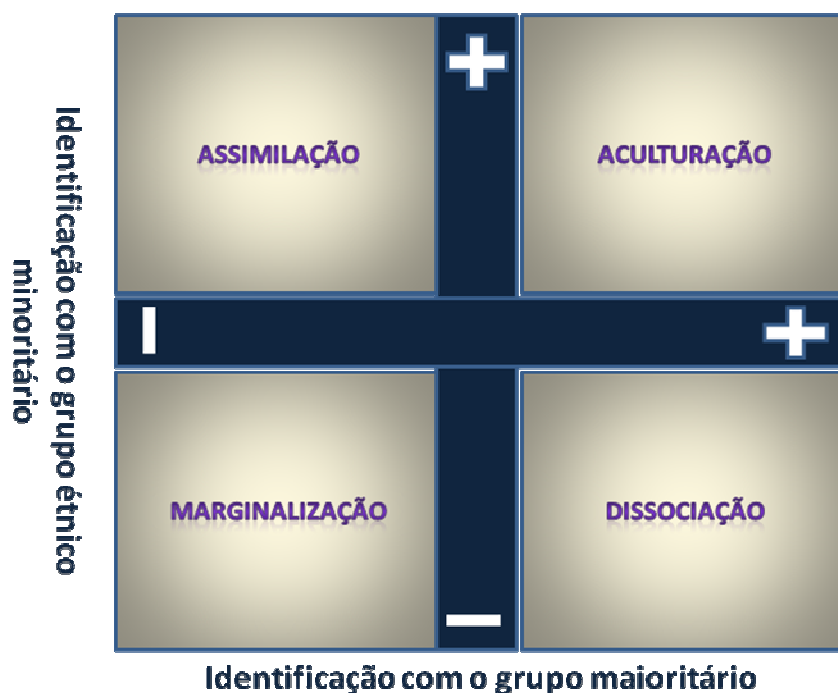
A identidade social, enquanto “organizador” e referente de relação entre os grupos, indicia e reflecte trajectórias individuais e sociais e pode constituir-se como um indicador de situações de (des)ajustamento social (Tajfel, 1972, 1982).

Os estudos sobre as relações intergrupais e sobre os mecanismos de formação de identidade social, revelam que a identidade social positiva em relação ao grupo de pertença e deste em relação aos demais grupos afigura-se fundamental à existência do grupo. Contudo, a reprodução de uma identidade social positiva não gera por si só reciprocidade intergrupar. É necessário que haja aceitação, abertura e tolerância em relação à sociedade de acolhimento (imigrantes) e/ou grupo maioritário (grupos étnicos minoritários) (Tajfel, 1978).

Estudos mais recentes têm demonstrado que os grupos minoritários possuem identificações mais fortes em relação ao seu grupo e sentem-se mais ligados a ele, do que os próprios grupos maioritários relativamente aos seus próprios grupos de referência (Verkuyten, 2000). Para além do mais, estes estudos têm também vindo a demonstrar que nem sempre as fortes identificações ao grupo de referência encontram correspondência na manifestação de proximidade relativamente ao grupo maioritário, o que até certo ponto poderá contribuir para o surgimento de trajectórias de afastamento ou de isolamento social.

A proposta de Nimmi Hutnik (1991) (Figura 1) propõe a análise da identidade étnica dos grupos minoritários a partir das estratégias utilizadas pelos indivíduos nas auto-categorizações e assenta em quatro trajectórias distintas: a aculturação, b) a assimilação; c) a marginalização; e, d) a dissociação.

Figura 1: Modelo quadripolar para o estudo da identidade étnica minoritária (Hutnik, 1991)



Segundo a autora (Hutnik, 1991), a trajetória de “aculturação” surge quando os indivíduos constroem uma nova identidade composta por características dos dois grupos (minoría e maioria) e mantêm um grau de elevada identificação com ambos os grupos. A estratégia de assimilação expressa, simultaneamente, um “corte” com o grupo étnico de pertença ao mesmo tempo que existe uma forte identificação ao grupo majoritário/sociedade de acolhimento. O quadrante do desajustamento social é, evidentemente, composto por dois tipos identitários remanescentes: a marginalização e a dissociação. Os indivíduos em trajetória de “dissociação” expressam ícones identitários positivos relativos ao próprio grupo ao mesmo tempo que apresentam um baixo nível de identificação com o grupo majoritário ou sociedade de acolhimento. Finalmente, a estratégia de “marginalização” remete o indivíduo para uma indiferença face ao seu grupo étnico e ao grupo majoritário.

2. OBJECTIVOS DO ESTUDO

O projecto de investigação mais abrangente e que esteve na base do presente estudo procurava identificar o peso que a dimensão *habitat* tinha nos processos de inserção social e profissional de grupos étnicos minoritários (ciganos) e de população africana ou de descendência africana a residirem nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Especificamente, pretendia-se conhecer os traços sócio-demográficos e económicos das populações estudadas (africanos e ciganos), conhecer as trajectórias de imigração e a sua importância na perspectiva do futuro, identificar o papel da escola e da estabilidade económica e profissional, compreender as estratégias face às redes de suporte social e caracterizar as trajectórias identitárias daqueles grupos.

Relativamente a este último objectivo, procurou-se especificamente identificar as estratégias identitárias dominantes de africanos e ciganos, residentes em bairros de realojamento e de habitação degradada nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, a partir da valoração positiva ou negativa na atribuição de significado a valores, atitudes, práticas e comportamentos do seu grupo de referência e da sociedade de acolhimento ou grupo maioritário. Para além disto, procurou-se ainda conhecer os aspectos qualitativos ligados aos processos de (re)construção de imagens dos grupos de referência e os conteúdos que basearam a construção da representação social veiculada em relação a ambos os grupos (grupo étnico e grupo maioritário/sociedade de acolhimento).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenho da pesquisa assentou na escolha de casos-tipo, que foram o ponto de partida empírico do estudo. Esses casos materializavam a tipicidade de situações existentes à época¹ e, na medida do possível, foram contempladas a multiplicidade de dimensões que enformava o universo alvo da pesquisa. O trabalho de campo incidiu sobre alguns dos

¹ O presente estudo decorreu entre 1999 e 2000 e foi desenvolvido pelo Núcleo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (NESO-LNEC) e pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS).

bairros dos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, seleccionados a partir de dois critérios de âmbito geral, que assegurassem: i. a inclusão dos diferentes tipos de territórios onde residiam as populações alvo e ii. municípios onde as populações alvo tivessem maior expressão numérica.

A recolha de informação foi efectuada através de um inquérito por entrevista a 582 africanos e ciganos residentes em 19 bairros degradados e de realojamento e em 9 concelhos das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Para o bloco de análise da identificação das trajectórias identitárias, os participantes posicionaram-se em relação a 11 domínios temáticos, designadamente: 1) trabalho e situação face ao trabalho; 2) processos de socialização/educação na escola e em família; 3) casamento e conjugalidade; 4) família; 5) redes de solidariedade; 6) poupança e perspectivas de futuro; 7) estilo de relacionamento interpessoal; 8) festas/comemorações e modos de convivência; 9) comportamentos grupais; 10) dimensão inter-geracional/2ª geração; 11) adjectivação do grupo.

A população cigana inquirida representou menos de 1/3 da amostra total (N = 187; 32,1%), dividida entre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. A população africana (N = 395; 67,9%) distribui-se por 13 bairros de 7 concelhos só da área metropolitana de Lisboa (cf. Quadro 1).

Quadro 1: Caracterização da amostra por município, pertença étnica e sexo dos inquiridos

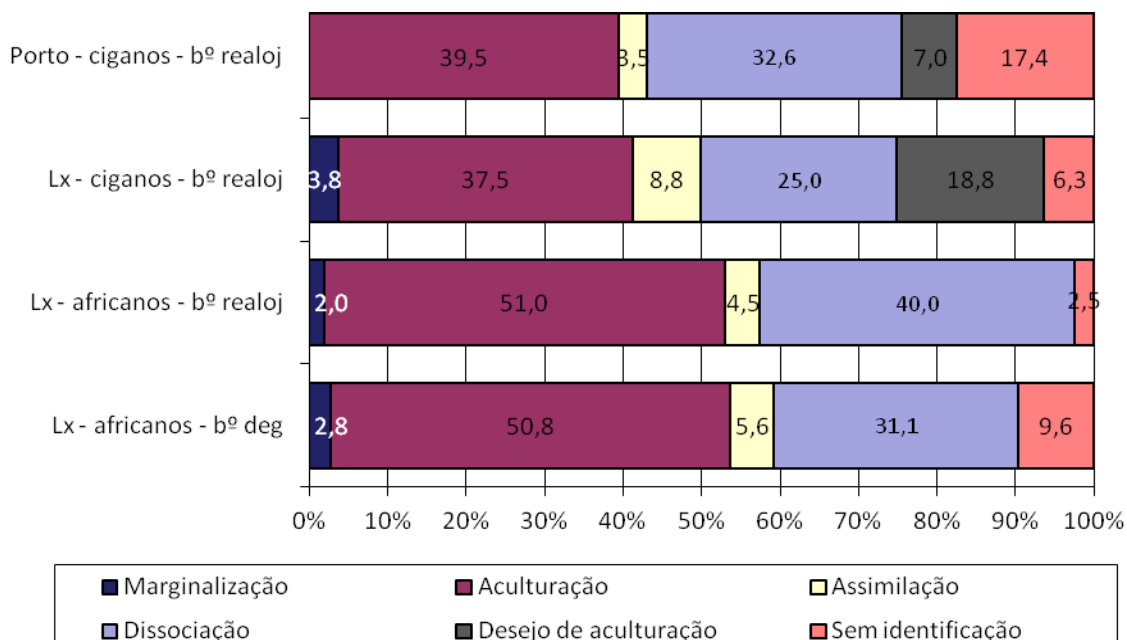
Concelhos	Africanos		Ciganos		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	N	%
	N	N	N	N	N	%
Almada	18	23	5	4	50	10.2
Amadora	42	52	0	0	94	19.1
Cascais	20	20	6	9	55	11.2
Oeiras	30	33	0	0	63	12.8
Loures	26	30	13	16	85	17.3
Lisboa	23	33	7	31	94	19.1
Seixal	23	22	2	3	50	10.2
TOTAL (AMLisboa)	182	213	33	63	491	100
% (sexo)	37.0	43.3	6.7	12.8	100	
Matosinhos	0	0	13	29	42	46.2
Porto	0	0	22	27	49	53.8
TOTAL (AMPorto)	0	0	35	56	91	100
% (sexo)			38.5	61.5	100	
TOTAL GERAL	182	213	68	119	582	

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Embora assente na proposta de Hutnik (1991), as idiossincrasias encontradas nos grupos-alvo (africanos e ciganos) aconselharam a criação de seis tipos identitários, a partir da identificação de aspectos negativos e positivos nas temáticas atrás referidas, a saber: 1) aculturação; 2) assimilação; 3) estado de dissociação; 4) marginalização; 5) desejo de aculturação² e, 6) trajecto identitário indefinido e/ou sem possibilidade de identificação.

² O desejo de aculturação resultou de uma avaliação positiva que os sujeitos faziam do seu próprio grupo e de uma avaliação neutra face ao grupo dos “outros”. Ao tentarmos compreender essa neutralidade, de forma a direccionar o sentido da anterior avaliação (em positivo ou negativo), foi possível classificar as respostas numa nova

Figura 1: Tipos identitários, segundo o grupo étnico, o tipo de bairro e a localização geográfica (%)



A aculturação surge, nos africanos, como a principal estratégia identitária, independentemente do contexto habitacional, ou seja, não aparece associada a um contexto residencial específico, sendo assim transversal ao grupo no seu todo. No entanto, foi junto da população africana que ganhou maior expressão (acima dos 50%).

A dissociação – 2ª tipologia identitária com maior expressão - surge com alguma relevância em todos os grupos, chegando mesmo a atingir quase metade dos africanos que residem em bairros de realojamento em Lisboa.

As trajetórias de assimilação e de marginalização não adquiriram valores particularmente expressivos. Como podemos observar, a assimilação, neste grupo, surge quer em contexto residencial desfavorecido, quer em contexto de renovação social e urbana. Finalmente, e no que toca ao quadrante da marginalização, os valores obtidos são praticamente inexpressivos.

categoria sempre que era expresso uma proximidade social em relação aos portugueses (simultaneamente sem origem africana e cigana). Optou-se, então, pela criação deste tipo identitário, na medida em que ele reflecte uma aproximação ao outro grupo e uma identidade positiva face ao próprio grupo que, em conjunto, indiciam uma trajetória de ajustamento social.

O desejo de aculturação é um tipo de posicionamento identitário exclusivo do grupo cigano e remete para a expressão de uma forte identificação ao grupo étnico de pertença, a par de alguma “neutralidade” social em abarcar o que de positivo se reconhece no grupo maioritário. Como vemos, são os grupos de ciganos a residir em bairros de realojamento, quer em Lisboa, quer no Porto, os portadores deste tipo identitário.

A assimilação é característica de cerca de 5% do total de casos, sendo mais notória nos ciganos de bairros de realojamento de Lisboa.

Tal como os africanos, também os ciganos de Lisboa repartem as suas trajectórias identitárias entre a aculturação e a dissociação. É ainda de assinalar que, neste grupo, a assimilação e o desejo de aculturação assumem os valores mais elevados, por comparação a todos os outros grupos.

Os ciganos do Porto apresentam resultados idênticos aos de Lisboa ainda que, neste grupo, o desejo de aculturação não seja tão visível (menos de metade do valor percentual encontrado em Lisboa). É também neste grupo que a assimilação assume os valores mais baixos e em que a impossibilidade de posicionamento face a uma estratégia identitária atinge os valores mais elevados.

Quadro 2: Tipologias identitárias da população de matriz africana, segundo a idade e o sexo (%)

		Homens				
Grupos etários	Marginalização	Aculturação	Assimilação	Dissociação	S/ ID	
15 - 19 anos	2.9	41.2	11.8	32.4	11.8	
20 - 24 anos	0.0	51.4	8.6	37.1	2.9	
25 - 29 anos	0.0	37.5	6.3	43.8	12.5	
30 - 45 anos	0.0	49.0	2.0	44.9	4.1	
+ 46 anos	2.6	69.2	5.1	23.1	0.0	
		Mulheres				
Grupos etários	Marginalização	Aculturação	Assimilação	Dissociação	S/ ID	
15 - 19 anos	2.8	41.7	2.8	44.4	8.3	
20 - 24 anos	5.6	41.7	8.3	33.3	11.1	
25 - 29 anos	14.3	33.3	14.3	33.3	4.8	
30 - 45 anos	1.4	55.6	1.4	38.9	2.8	
+ 46 anos	0.0	66.7	0.0	25.6	7.7	

Ao analisar-se as tipologias identitárias da população africana em função da idade e do sexo verificamos, em primeiro lugar, a existência de um padrão muito semelhante entre

homens e mulheres (Quadro 2). No grupo dos homens, a aculturação surgia como a estratégia identitária mais marcante, sendo particularmente vincada (acima dos 60%) na faixa etária mais velha (+ de 46 anos). A exceção a esta regra encontrava-se no grupo com idades compreendidas entre 25 e os 29 anos, no qual a dissociação emergiu com valores percentuais mais elevados. A assimilação, apesar de constituir uma posição identitária com fraca expressão percentual, atingiu o seu máximo no grupo dos 15-19 anos.

Tal como nos homens, também entre as mulheres a aculturação surgiu com valores mais elevados em quase todas as faixas etárias. Constituem exceção a esta regra o grupo dos 15-19 anos (em que a dissociação surge com valores percentuais mais elevados) e o grupo dos 25 – 29 anos (tanto a aculturação como a assimilação apresentam valores iguais). O isolamento social atinge nas mulheres valores mais elevados, sendo este resultado mais notório nas mulheres de 25-29 anos.

Quadro 3: Tipologias identitárias da população de matriz cigana, segundo a idade e o sexo (%)

Homens							
Grupos etários	Marginalização	Aculturação	Assimilação	Dissociação	Desejo de aculturação	S/ ID	
15 - 19 anos	0.0	53.3	0.0	26.7	6.7	13.3	
20 - 24 anos	0.0	40.0	0.0	46.7	13.3	0.0	
25 - 29 anos	0.0	16.7	0.0	33.3	33.3	16.7	
30 - 45 anos	0.0	60.0	0.0	26.7	0.0	13.3	
+ 46 anos	0.0	28.6	0.0	71.4	0.0	0.0	
Mulheres							
Grupos etários	Marginalização	Aculturação	Assimilação	Dissociação	Desejo de aculturação	S/ ID	
15 - 19 anos	0.0	63.6	9.1	9.1	18.2	0.0	
20 - 24 anos	10.5	42.1	5.3	15.8	5.8	10.5	
25 - 29 anos	4.8	42.9	14.3	9.5	9.5	19.0	
30 - 45 anos	0.0	34.1	9.1	29.5	13.6	13.6	
+ 46 anos	0.0	41.2	5.9	29.4	5.9	17.6	

A mesma análise para o grupo cigano (Quadro 3) apresenta uma marcada distinção quer em relação aos africanos, quer entre mulheres e homens ciganos. Começando pelo grupo dos homens, verificamos que revelaram uma lógica dicotómica nas suas estratégias identitárias, uma vez que se dividiram pelos dois tipos identitários extremos: a aculturação e o estado de dissociação.

A aculturação surgiu como a estratégia de identidade mais marcante no grupo dos jovens ciganos (15-19 anos) e no grupo dos adultos de 30-45 anos. Por outro lado, o estado de dissociação é mais visível nos ciganos de 20-24 anos e com mais de 45 anos de idade (71.4%, neste último grupo). Nos homens ciganos com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos de idade encontraram-se a dissociação e desejo de aculturação como estratégias identitárias prevalentes, sendo também neste grupo que a aculturação tem menor expressão.

A análise das tipologias identitárias nas mulheres ciganas revelou uma diferença clara em relação aos homens, uma vez que nestas a estratégia de aculturação é maioritária em todos os grupos de idade, sendo particularmente saliente no grupo dos 15-19 anos. Em relação ao estado de dissociação encontrou-se um padrão mais irregular, sobretudo nas mulheres mais velhas (□ 30 anos). O desejo de aculturação surge com maior expressão nas mulheres ciganas de 15-19 anos (18,2%) e nas de 30-45 anos (13,6%). A assimilação, estratégia identitária não encontrada nos homens ciganos, emergiu com alguma expressão nas mulheres, sobretudo nas com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos (14,3%).

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O que de relevante sobressai das trajectórias identitárias dos africanos e ciganos é existência de uma dicotomia entre as tipologias de aculturação e dissociação. Este dado remete-nos para uma questão a que é preciso estar atento, na medida em que ela traduz um oscilar entre ajustamento e desajustamento social. Ainda sobre este dado e tal como podemos verificar a promoção habitacional pública, tal como se processou, não auxiliou essa aproximação, como se depreende pelo facto de grande parte dos estados de dissociação se encontrarem nos africanos e nos ciganos de Lisboa a residirem em bairros de realojamento. Como vemos, da promoção habitacional não resultou, pelo menos para estes casos, um ajustamento social, aqui equacionado a partir da matriz identitária.

A baixa prevalência de isolamento social (marginalização) não deve ser vista como um bom indício de integração social, na medida que ainda nos confrontamos com um peso razoável de indivíduos em estado de dissociação. Em termos de risco de exclusão social, entendemos que o estado de dissociação apresenta um risco social mais marcante, na medida em que traduz um afastamento claro em relação ao grupo maioritário/sociedade de acolhimento e um fechamento no seu grupo de referência, no caso dos grupos de jovens. O isolamento social (marginalização) constitui antes uma situação de risco mais individual que, como vimos, atinge um valor residual e que, do ponto de vista social, reflecte uma trajectória identitária de menor impacto negativo.

Ainda sobre a comunidade cigana um resultado sobressai. A quase generalidade dos homens ciganos apresenta nas suas trajectórias identitárias e, principalmente nos ícones culturais que os caracterizam, uma supremacia e distintividade face às mulheres. Ao nos determos na qualificação atribuída aos traços do seu próprio grupo, percebemos que este grupo étnico aponta alguns desses temas como fonte de controvérsia, por um lado, e como forma de distinção entre homens e mulheres, por outro. Referimo-nos em particular ao tema do casamento e da conjugalidade onde, simultaneamente, as mulheres continuam a ter um papel de submissão e onde estas questões começam a ser equacionadas de um modo diferente.

A consonância entre os discursos dos dois grupos considerados (africanos e ciganos) centra-se na valoração positiva que ambos atribuem à forma como as festas e comemorações se processam, bem como a importância reconhecida ao apoio às gerações mais velhas e à solidariedade/sentido de unidade entre pares.

Os aspectos negativos salientados na avaliação do próprio grupo dividem africanos e ciganos: enquanto os africanos se mostram preocupados com o comportamento da chamada 2ª geração – tantas vezes associado a problemas de delinquência, insegurança e conflitualidade urbana – os ciganos começam a atribuir uma mais valia importante ao papel da escola como fonte de integração na sociedade mais vasta, ao referirem o abandono escolar precoce como um factor de prejuízo para o seu próprio grupo.

A finalizar a representação que este grupos veiculam sobre o grupo maioritário/sociedade de acolhimento. Os “portugueses” (simultaneamente sem origem

cigana e africana), são vistos como um grupo solidamente positivo em matéria de integração sócio-profissional (profissões e inserções profissionais estáveis e diversidade na escolha de profissões) e de veiculação de modelos educativos de aparente sucesso (investimento nos estudos). Os aspectos negativos da representação do grupo dos “portugueses” são relatados por ambos os grupos (africanos e ciganos) de forma consensual e referem-se ao modo como percebem a forma como os “portugueses” se relacionam com os mais velhos: abandono dos idosos em lares e pouca solidariedade entre as pessoas. A par destas críticas uma outra, não menos severa, sobressai relacionada com a componente “racista” do relacionamento dos portugueses com os grupos migrantes e/ou minoritários, considerando-os etnicamente preconceituosos e promotores de discriminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Hutnik, N. (1991). *Ethnic minority identity: a social psychological perspective*. Oxford: Clarendon Press.
- Tajfel, H. (1972). *La catégorisation sociale*. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (Vol. 1). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1978). *The social psychology of minorities*. London: London School of Economics,
- Tajfel, H. (1982). (Ed). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Verkuyten, M. (2000) *The Benefits to Social Psychology of Studying Ethnic Minorities*. *European Bulletin of Social Psychology*, 12(3): 5-21.